

ATA DA III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 08 DE ABRIL DE 2025

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois e vinte e cinco, deu-se início, às 08h31, em segunda chamada, à III Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado, na sede do Conselho Municipal de Educação, situada à Rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação com a participação da presidente do Conselho, Silvia Lira, da vice-presidente, Mariana Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Cristiane Inoue, Jorge Luiz, Alex de Almeida, Sheila Motta, Marcos Paulo, Bárbara de Oliveira, Martin Sirolli, além da assessora técnica, Cristiane Carneiro e da servidora Maria das Graças. A presidente Silvia Lira deu as boas vindas aos nobres conselheiros e deu início a reunião solicitando à vice-presidente Mariana Máximo a realização da leitura da ata da reunião anterior, conforme previsto no Regimento. Ata lida e aprovada pelos conselheiros com 8 votos e uma abstenção. Em seguida, a vice-presidente leu a ata da I Reunião Extraordinária do Conselho Pleno realizada, virtualmente, no dia 25 de março do corrente ano. Ata lida e aprovada com 7 votos. A presidente Silvia Lira apresentou a equipe da Unidade de Trabalho Diferenciado (UTD) Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD): coordenadora Luciana Badaró, a pedagoga Luciane Pires e a psicóloga Elissandra Paraíso. Após a apresentação, Luciana Badaró comenta que, por questões de agenda, não foi possível fazer esse encontro antes, mas que hoje será um momento importante de troca de informações e diz que a UTD AH/SD completa 20 anos em maio de 2025. A UTD AH/SD oferece atividades de enriquecimento curricular para alunos com indicadores de altas habilidades ou superdotação, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, através dos seguintes grupos de interesse: Artes Plásticas, Cinema e Educação, Leitura e Produção Textual, Talentos Matemáticos, Reflexão e Prática nas Ciências e Robótica. Badaró relata que a UTD AH/SD não trabalha com os componentes da grade curricular da rede municipal e, sim, com grupos de interesse e que esse ano a Robótica voltou a ser oferecida aos estudantes. Luciana Badaró fala dos grupos de interesse, destacando o objetivo de cada temática. Comenta que a oficina de Artes Plástica tem revelado talentos e que a exposição anual dos trabalhos dos estudantes tem sido feita na Casa Laranjeiras, pois o espaço é maior. No grupo de interesse “Talentos Matemáticos”, os alunos participam da OBMEP (Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas), Canguru, Matemática Sem Fronteiras, jogos e alguns estudantes estão ganhando medalhas. Em Leitura e Produção Textual, foi realizada uma feira literária, na qual os alunos da E. M. Júlio César Laranjeiras foram prestigiar e houve o lançamento do livro “Nossas Memórias”. No grupo de interesse “Reflexão e Prática nas Ciências”, os alunos anualmente participam da Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. Em seguida, a pedagoga Luciane Pires falou acerca da história da UTD AH/SD em Angra dos Reis, relatando que a instituição iniciou seus trabalhos no ano de 2005, em parceria com a UFF, e contou com o apoio da Drª Cristina Delou, realizando avaliação, formação com os professores e acompanhando todo o trabalho de forma geral. Luciane diz que hoje a UTD AH/SD conta com o quantitativo de 146 alunos de diversas localidades de Angra dos Reis, frequentando a unidade no contraturno da escola regular. Luciane afirma que, para a UTD AH/SD, é um privilégio contar com o apoio até hoje da Drª Cristina Delou e relata que o trabalho com o público da Educação Especial

não é fácil, pois os alunos têm deficiências e dificuldades em outras áreas, seja acadêmica, social e/ou emocional e necessitam de intervenções constantes. A psicóloga Elissandra fala sobre as formas de ingressar na UTD AH/SD, que são: avaliação da psicologia (teste RAVEN, que é um teste de inteligência), indicação da escola regular, indicação de colegas, auto nomeação e procura da família. Após esse primeiro momento, a equipe da unidade faz avaliação com esse estudante de acordo com a área específica. Quando o aluno tem uma nota alta no teste RAVEN, ele é convidado a participar de todos os grupos e mesmo tendo sido selecionado para uma determinada área de interesse, esse aluno fica sendo monitorado e em observação pela equipe da instituição. Elissandra fala sobre a base teórica, dando ênfase a Teoria dos Três Anéis de Joseph Renzulli, que são: habilidades acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade. No aspecto acadêmico, os alunos são comumente notados pelas excelentes notas no boletim e no aspecto criativo-produtivo, os estudantes necessitam de oportunidades para expressar sua criatividade, sendo beneficiados por matérias como Artes e Educação Física. Elissandra enfatiza que os alunos, por exemplo, que são bons em artes, podem ter dificuldade na área de raciocínio lógico. A pedagoga Luciane Pires fala acerca da prática pedagógica, que tem como foco o enriquecimento curricular e destaca que o pilar teórico é baseado nas contribuições de Joseph Renzulli. Apresentou as teorias da Pirâmide da Aprendizagem de William Glasser e a Taxonomia de objetivos educacionais de Benjamin Bloom. Nilcéia Galindo, psicóloga da Secretaria de Educação, Juventude e Inovação (SEJIN), pergunta sobre o impacto da Inteligência Artificial (IA) nos alunos e Luciane diz que não se consegue controlar a abrangência dessa tecnologia e que devemos aproveitar os benefícios que ela traz. A IA vem para contribuir. Luciane citou o ChatGPT e a necessidade de utilização pelos estudantes. Sheila diz que nós ainda aproveitamos a IA de maneira simples, mas os alunos conseguem tirar da IA coisas muito mais elaboradas e avançadas. Hoje temos que pensar como essa ferramenta tecnológica nos auxilia, mas também ter o cuidado necessário. Alex de Almeida relata que a IA veio para ajudar em várias esferas, mas tem também um lado complicado e que precisamos estar atentos. Luciane comenta que a pessoa com AH/SD se sente motivada quando ela consegue levar à frente tudo o que aprende, tendo uma aplicabilidade na vida cotidiana. Luciane mostra fotos de eventos da UTD AH/SD e comenta cada uma delas. A apresentação foi brilhantemente ilustrada com imagens da participação de diferentes alunos, relatando o desenvolvimento de um protótipo de energia nuclear, que surgiu a partir da visita à Usina Nuclear. Relatou que existem momentos de diálogo, extremamente importantes e ricos, onde o estudante tem oportunidade de falar de suas emoções, das relações em casa e na escola. Maria das Graças diz que se sente muito feliz e emocionada em ver quantas crianças são acolhidas pela unidade e a dedicação dos profissionais nessa missão. Luciane concluiu a apresentação e agradeceu o convite. O conselheiro Jorge faz três perguntas: os alunos da UTD AH/SD têm Plano de Ensino Individualizado (PEI)? Já teve aluno com AH/SD com comorbidade associada, TEA (Transtorno do Espectro Autista) ou outra deficiência? O CME pode indicar a UTD AH/SD nas visitas às escolas privadas? Elissandra diz que já teve muita procura do público da rede particular, mas que não é possível atendê-los. No momento, não há possibilidade de atendimento aos alunos da rede privada e estadual, infelizmente. Mariana, vice-presidente, solicitou a palavra e disse que a UTD AH/SD é uma referência em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e explicou que a verba de atendimento é atrelada à matrícula do estudante na turma regular da rede municipal e por esse motivo não é possível atender os alunos da rede estadual na UTD AH/SD nem os alunos da rede privada. Elissandra ratifica que a UTD AH/SD é um serviço da rede educacional municipal e que eles estão vinculados à SEJIN, por isso não faz sentido avaliar e fazer a triagem de alunos de outras redes porque não há possibilidade de atendê-los. Luciane enfatiza que na instituição têm alunos com outras comorbidades: TEA, surdos, TDAH (transtorno do déficit de atenção e hiperatividade) entre outros. Elissandra comenta que tem conversado com o CAP (Centro

de Apoio Pedagógico) para fazer o RAVE em braille. Quando o aluno tem AH/SD e uma outra deficiência, chama-se dupla excepcionalidade. Luciane relata que, em relação ao PEI, não tem na rede municipal uma exigência para construí-lo para esse público em específico, mas os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, que frequentam a sala de recursos multifuncionais, possuem o PEI em AH/SD. Luciane destaca que são realizados dois conselhos de classe, um no fim do primeiro semestre e outro ao fim do segundo semestre. Elissandra diz que o aluno com AH/SD é público-alvo da educação especial porque ele tem necessidades especiais para se desenvolver. Marcos Paulo pergunta se a PMAR tem projetos para transformar a UTD AH/SD em escola, assim como fez com a EMBES (E. M. Bilíngue de Educação de Surdos) e EMDV (E. M. para Deficientes Visuais). Luciana Badaró diz que até o presente momento não tem esse projeto e que as verbas da unidade são administradas pela SEJIN. Elissandra fala que existe a ideia de criar um Centro de AH/SD, mas que atenderia somente os alunos da rede municipal e falou também sobre a necessidade de se pensar em políticas públicas em que a verba da segunda matrícula seja direcionada para atendimento às especificidades dos estudantes e isso evitaria muita burocracia. Alex de Almeida parabeniza o trabalho desenvolvido e diz que observou durante o período em que esteve trabalhando na E. M. Júlio César que os alunos têm um carinho e demonstram interesse em participar dos projetos da UTD AH/SD. Alex de Almeida pergunta sobre os alunos especiais que residem nas pontas do município: Garatuaia, Parque Mambucaba, Ilha Grande. Como esse público é atendido? E a questão do esporte? Temos muitos alunos com altas habilidades na área do esporte. Já se pensou em bolsa de iniciação científica para os alunos? Alex de Almeida coloca que a questão de verba é fácil de se resolver quando se tem vontade política. Disse ainda que discorda e acha que é uma visão equivocada, dentro do pacto federativo da educação, que o município não possa custear os alunos que são da rede estadual, em especial os alunos que estão desenvolvendo projetos e estão no nono ano de escolaridade, tendo em vista que eles precisam dar continuidade aos seus projetos. Luciane Pires diz que algumas questões podem ser discutidas e resolvidas pela unidade, mas outras questões extrapolam a atuação da instituição e comenta ainda que alguns alunos já são contemplados com bolsa de iniciação científica. Quanto ao atendimento dos alunos que moram nas extremidades, vemos a necessidade de descentralizar o trabalho, através de pólos. Alex de Almeida reafirma que o CME pode propor ao governo o estabelecimento de diálogo para pensar essas questões, com o apoio da Comissão de Educação da Câmara, objetivando a criação de verba específica para a UTD AH/SD, a partir da parceria público-privadas (PPP). Passamos em seguida para a fala da conselheira Cristiane Inoue que inicia dizendo que enquanto não se implementa a meta 17 a luta continua e solicita vistas aos ofícios emitidos pelo CME para o prefeito, Ministério Público e GT da meta 17. Mariana expõe sobre a mesa os referidos ofícios para análise da referida conselheira, na qual a mesma procede a leitura e se dirige para pegar o aparelho de celular para fotografá-los. Nesse momento, Silvia Lira diz para a conselheira que tal ação não pode ser executada, pois se trata de documento oficial deste órgão e que para ter acesso à cópia, deve solicitar no setor de protocolo da PMAR. Alex de Almeida reafirma que é necessário abrir um processo no setor de protocolo da PMAR, solicitando cópia dos ofícios. Cristiane diz que até o momento só houve uma reunião do GT da meta 17 e que não foi apresentado ainda os cálculos da implementação da referida meta e que essa temática foi promessa de campanha do prefeito Ferreti. Cristiane Inoue resgata a sugestão do conselheiro Jorge de fazer uma audiência pública sobre o tema e solicita que seja votada hoje a realização da audiência pública antes de julho, com ampla divulgação e participação dos Docentes I da rede, sem prejuízo da carga horária do aluno. Sugere ainda um quantitativo de 5 a 10 Docentes 1 por escola, unindo os dois turnos da escola no período matutino para que todos possam participar da audiência no turno da tarde. Silvia sugere, então, fazer a audiência no período da noite, mas Cristiane Inoue diz que acredita que seria inviável para os

Docentes I e afirma que a categoria decidiu que se não houver a consolidação da meta 17 até julho do corrente ano, a categoria vai judicializar. Mariana propõe que, antes da realização da audiência pública, devemos aguardar a resposta dos três ofícios enviados e que podemos estipular uma data para termos as respostas dos ofícios e sugere, inclusive, que podemos enviar um novo ofício estipulando um prazo para essa resposta. Sheila diz que temos que pensar nesses prazos e que, se na próxima reunião do conselho pleno não tiver resposta plausível, pensamos na audiência pública. Jorge diz que a resposta que devemos aguardar é do Prefeito e Secretário de Educação, pois o Ministério Público vai cobrar dessas instâncias. Jorge fala que a proposição da audiência pública é uma forma de esclarecimento à população. Sheila comenta que devemos aguardar as respostas dos ofícios até a próxima reunião do Conselho Pleno e, se não tiver a resposta até lá, aí sim votamos a realização da audiência pública. Sheila salienta que é muito complicado mexer em dia letivo e que podemos pensar a viabilidade de realizar a audiência pública às 17h ou no recesso escolar. Mariana ressalta que a rede está com falta de Docente I e que fica inviável a diminuição de dia letivo. Alex de Almeida diz que há interdependência de poderes e que a Câmara não pode autorizar a liberação de dia letivo, isso é discricionariedade do poder executivo. Cristiane Inoue comenta que, anos atrás, teve audiência para o PME (Plano Municipal de Educação) em horário diurno e Alex de Almeida diz que isso foi em outro momento e contexto. Mariana fala que entende a urgência da meta 17, mas pondera dizendo que Cristiane Inoue precisa ter calma para não atropelar os encaminhamentos. Silvia explicou que é necessário agir com sabedoria para promover avanços nos empreendimentos da meta 17. Cristiane Inoue então abre mão da sua proposta da audiência pública ocorrer no período do dia e diz que vai ser necessário um movimento de conscientização e mobilização da categoria, sugerindo então que seja realizada a audiência pública às 17h. Proposta a ser votada: solicitar à comissão de educação da câmara de vereadores a realização de audiência pública no mês de junho, com sugestão de 3 datas no horário de 17h, mediante respostas dos ofícios que serão analisados na próxima reunião do Conselho Pleno e ampla participação dos Docentes I na audiência pública, enviando convite ao prefeito. Proposta aprovada com 9 votos. Cristiane Inoue relata que sente falta de fotos de eventos do CME nas redes sociais do conselho. Exemplificou com a publicação da revista, que foi publicada nos anos anteriores, sem as fotos da reunião sobre a meta 17 que ocorreu na SEJIN, sem registro do Encontro Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação e solicita que tais fotos sejam adicionadas às redes sociais do CME. Com 8 votos, os conselheiros aprovam que neste momento, não será viável atualizar a revista do CME com as fotos que a conselheira solicita e também não é possível alimentar as redes sociais. Passamos para a apresentação dos conselheiros Jorge e Barbara sobre o evento “Abril Marrom” de prevenção à cegueira. Jorge explica que o nome “Abril Marrom” foi escolhido para a campanha de prevenção à cegueira devido ao simbolismo da cor marrom, que está associada aos olhos e à visão. Os conselheiros destacaram as causas evitáveis da deficiência visual, falou sobre a catarata: sintomas, diagnóstico e tratamento, glaucoma, retinopatia diabética, DMRI (Degeneração Macular Relacionada à Idade), hábitos saudáveis para a visão e abordou o projeto “Saúde no Olhar”: cuidando da visão infantil. Alex de Almeida diz que famílias que têm histórico de algum problema de saúde relacionado à visão devem ficar atentas e procurar sempre fazer exames de acompanhamento. Bárbara comenta que, em Angra dos Reis, a população tem vaga garantida com oftalmologista, inclusive os alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos). O programa “Saúde no Olhar” atende a crianças desde a Pré-escola 1 e já entregou mais de 5700 óculos e mais de 29000 exames. Jorge fala sobre a APADEV (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais) e diz que a instituição pode ir às escolas, caso seja necessário. Em seguida, passou-se para a fala para o conselheiro Martin, que abordou questões relacionadas à Escola do Campo e sobre as demandas do CETI E. M. Alberto Torres, localizado na Gipóia, onde diz que o CME ainda não foi para uma visita técnica. Mariana

informa que, na parte da tarde, definirá um dia para realização dessa visita. O referido conselheiro relata que os alunos do CETI E. M. Alberto Torres têm saído às 12h por falta de água e que precisamos resolver essa questão. O telhado da escola precisa de manutenção urgente e que notou a falta de roçada dos matos em volta da escola, no início das aulas. Relata também que tem parede que está com o emboço caindo. O material estruturado da escola do campo de 1º e 2º anos de escolaridade está com erro (páginas trocadas) e Mariana relatou que entrou em contato com a SEJIN para tratar essa questão e que o material já foi reparado. Martin reafirma que o material chegou à unidade com as devidas correções e que a escola multisseriada em tempo integral, na visão dos pais, está enfrentando os seguintes problemas: o professor não dá conta da parte diversificada, pois são sete turmas e na parte da tarde é mais difícil conter os alunos, motivá-los. Seu Martin relata o esforço da gestora da unidade em resolver as questões e sugere que no horário da tarde se tenha aulas, por exemplo, de artes e música. Silvia diz que o nosso município segue a política nacional de Educação Integral, baseando-se na lei federal e os componentes curriculares que temos hoje são por força de lei. Alex de Almeida enfatiza a importância de se discutir essas questões com os sujeitos das escolas do campo. O senhor Martin prosseguiu com as ponderações e Mariana propôs um Fórum de Escolas do Campo, pois relata que precisamos aprofundar os estudos e discussões sobre essa temática, convidando especialistas na questão e os conselhos de escola dessas unidades. Proposta de realização do fórum aprovada pelo colegiado. Silvia sugere ao colegiado estudar as legislações pertinentes a Escola do Campo e Escola em Tempo Integral, nacional e municipal, para ver onde entram as proposições para esse público. Seu Martin pergunta sobre o seu suplente e Mariana diz que pretende fazer uma única publicação com relação a toda a recomposição, mas que está aguardando alguns setores encaminharem os nomes. Silvia diz que a recomposição é um processo difícil. Em seguida, seu Martin apresenta uma carta de reivindicações de pais do CETI Monsenhor Pinto de Carvalho, localizado na Enseada das Estrelas, na Ilha Grande, que foi direcionada ao Secretário de Educação e comenta que uma mãe da referida escola entrou em contato com o CME para relatar situações de falta de monitor na escola para atender sua filha. Mariana diz que uma mãe atípica, com filha autista, da referida escola entrou, sim, em contato com este conselho e relatou que a escola está sem professor da base e a diretora é quem estava dando aula. Segundo essa mãe, a monitora pediu exoneração e, por esse motivo, sua filha está sem o apoio dessa profissional. Mariana diz que fez ligações para a escola e para a SEJIN para averiguar e entender a situação. Alex de Almeida relata que o servidor passa em outro concurso e assume outro cargo e muitas vezes a administração pública não tem como suprir essa carência, tendo em vista que os candidatos já foram todos convocados do último concurso. Alex de Almeida reitera que, em alguns casos, os pais acabam buscando a justiça. Mariana comenta que seu Martin pediu pro CME ajudar na interlocução com a SEJIN acerca das demandas da escola do campo. Silvia diz que a ideia do fórum é bem interessante, pois produziremos um documento com as reivindicações desse público e isso tem força maior e é legítimo, sendo posteriormente encaminhado à SEJIN. Pensou-se em fazer o fórum das escolas do campo em maio. Alex de Almeida divulga o evento que acontecerá na UFF, no próximo dia 06, sobre gestão democrática. A presidente Silvia Lira, em seguida, fez dois informes: sobre o Curso de Educação Integral e de Políticas de Transporte Escolar, caminho da Escola - PNATE. Após as considerações finais, a presidente do CME, Silvia Almeida Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Cristiane Carneiro, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada na IV Reunião Ordinária do Conselho Pleno de treze de maio de dois mil e vinte e cinco.